

INDÍGENAS URBANOS DE BOA VISTA/RR: ASPECTOS DE MIGRAÇÃO E ESTADO DE POBREZA

1 Introdução

A presença de indígenas nas cidades constitui-se em um fenômeno caracterizado por uma inserção marcadamente periférica, constituindo uma população esquecida e invisível, convivendo com o fenômeno da exclusão econômica, social e moral, ainda sendo alvo de forte discriminação (FERRI, 1990; NAMEN *et al*, 1999; BAINES, 2001; BRAZ, 2003).

Em Boa Vista, capital do Estado de Roraima, esta população tem crescido muito. Segundo Silveira e Souza (2011), contabilizou-se em 2008 uma população indígena residente na ordem de 13 %, fazendo que essa capital figure, proporcionalmente, como a mais indígena do país. As pesquisas demonstram que a grave situação socioeconômica perdura na realidade desta população. Ferri (1990, p. 57), observou que “a situação de precariedade é característica dos indígenas em Boa Vista, tanto na primeira como na segunda geração”. Braz (2003, p. 153), destacou dentre os que pedem auxílio, “gente pobre, de rosto sofrido, sem e nenhuma perspectiva de vida. Gente com rosto indígena”.

Todavia, pesquisas recentes, mostram que a situação continua muito semelhante, senão igual ou pior. Souza e Repetto (2007), constata bairros, geralmente de invasão, com graves problemas de infraestrutura e saneamento básico, inclusive na qualidade da água, com elevado número de famílias indígenas em situações socialmente agravantes.

Entretanto, o fato de os indígenas morarem em cidades tem sido equivocadamente compreendido como um indicador do desejo de eles não quererem conservar sua condição indígena, deduzindo-se automaticamente a renúncia à proteção já ga-

* Licenciada em Matemática (UFRR) e Mestre em Economia (UFRGS). Professora formadora Centro de Formação dos Profissionais de Educação de Roraima (CEFERR). Email anahildarr@hotmail.com

rantida pela legislação. Em geral, a tentativa dos indígenas da cidade de fazer valer os seus direitos acaba por resultar em diversos tipos de preconceito e discriminação, que desqualificam suas pretensões, quando lhes nega a condição de indígenas e, mesmo quando esse reconhecimento acontece, ele não é traduzido em garantia dos direitos correspondentes.

Frente a este contexto, essa pesquisa busca investigar quais os motivos que levam os indígenas a migrarem para os centros urbanos e como estes se encontram na cidade. Ademais, por apresentar uma relação com dados empíricos sobre os indígenas urbanos, favorece articulação entre realidade e ciência, viabilizando uma melhor compreensão e explicação do fenômeno. Enquanto tese normativa, influencia uma discussão nas esferas pública e privada, movimentando atores políticos e sociais com ações para pontos de estabilidade, de justiça, de melhor distribuição, elementos fundamentais à qualidade da vida.

2 Breve abordagem sobre as migrações indígenas

A migração constitui-se em movimentos de pessoas de um país a outro, ou dum lugar geográfico a outro dentro dum mesmo país, com mudança de residência (INE, 2008). Golgher (2004, p. 7) aponta que “no primeiro caso trata-se de migração internacional”, já no segundo “tem-se a migração interna”.

As migrações ocorrem por um conjunto de razões, que combinam dificuldades no local de origem e expectativas em relação ao local de destino. Com relação ao fenômeno do fluxo migratório dos indígenas para as cidades, estudos apontam que o contexto motivacional, está mediado por valores e normas peculiares da situação de contato com a sociedade.

Assim, para efeito deste estudo, tem-se a figura do indígena como um imigrante em processo de migração interna. Embora, havendo alguns indígenas de países fronteiriços como República Cooperativa da Guyana e República Bolivariana da Venezuela, que também se fixaram em Boa Vista (NAMEM *et al*, 1999), este deslocamento tem um aspecto interno, haja vista que para esses povos autóctones que habitam esta região não existe a imposição de uma fronteira internacional (BAINES, 2007).

Ademais existem redes de parentesco que se ramificam entre as aldeias nos três lados da fronteira, por dentro destes Estados nacionais e por toda a região do lavrado “buscando oportunidades que já não conseguem vislumbrar em seus lugares de origem” (SOUZA e SILVA, 2006, p. 17).

Em função desta expectativa, o centro urbano se configura como um atrativo, por oferecer o ilusório fácil acesso aos bens de consumo, de circulação de merca-

doria e dinheiro, para quem busca um melhor nível de vida e que a cidade parece prometer. Destarte, Golgher (2004, p. 37) observa que “pensar em migrantes no Brasil é ter em mente pessoas de baixa renda fugindo de precárias condições de vida em sua terra natal”.

3 Abordagem interdisciplinas dos Indígenas Urbanos

Uma vez inseridos em situações de contato interétnico, em relações sociais com segmentos da sociedade urbana, os indígenas alteram seu comportamento cultural e social, o que a antropologia aborda como o sincretismo e hibridação cultural (CANCLINE, 1998). Já Baines (2001), aponta que essas relações são desmedidamente desiguais, e merecem atenção especial frente a sua vulnerabilidade a pressões econômicas e políticas.

Cancline (1998), observa que em todas as culturas há “arames rígidos” equivalentes aos elementos que caracterizam uma cultura: o que existe que a diferencia das demais, o que a torna singular. Já os “arames caídos”, pode-se referir àqueles elementos que estão disponíveis a se misturar culturalmente. Embora o indígena, em contato com a cidade, procura enveredar por um caminho de transformações, alguns elementos de sua cultura (os arames rígidos) são inegociáveis e permanecem como elementos distintos de identidade desse grupo.

Uma retrospectiva histórica da colonização da região, contribui na acepção do conhecimento do papel que os indígenas exerceram neste processo, e, se torna fundamental para a valorização desse povo e no combate ao preconceito. A colonização do estado de Roraima ocorreu semelhante a do Brasil. Haja vista que, no processo de preservar a fronteira do extremo Norte de invasões estrangeiras, os conflitos entre portugueses, espanhóis e holandeses, deram origem a uma modesta, porém politicamente determinada ação colonizadora na região, onde os povos indígenas foram atingidos com a captura em prol da construção dos empreendimentos militares, além de enfrentarem políticas de invasão e ocupação dos seus territórios (BARBOSA, 1993).

A partir das interações que ocorrem na vida em sociedade, uma abordagem sociológica levanta reflexões teóricas acerca das relações e laços de interdependência humana, mediada pelas relações de mercado. Neste contexto, Weber (1994) traz à luz uma forma por excelência de “socialização entre estranhos”. Haja vista, que quando o indígena é inserido no ambiente urbano passa a ser um demandante e/ou ofertante, na dinâmica do mercado, numa troca interétnica de objetos, serviços e alimentos.

Weber (1994, p. 419) fala claramente de “comunidade de mercado”. O autor aborda o fato de cada troca ser caracterizada como uma relação associativa, que se esgota no interesse que cada uma das partes deve ter no bem trocado, ou seja, cada uma das partes constitui uma sociedade efêmera, que se extingue no ato da troca. Dessa forma, reconhece-se, de saída, que os dois participantes de uma troca não precisam se importar um com o bem-estar do outro.

Uma abordagem econômica sobre falhas de mercado com informação assimétrica, identificável no contexto econômico dos indígenas urbanos, contribui no sentido de apontar como proceder frente à realidades onde o sistema de mercado se torna incapaz de garantir justiça social e melhoria da distribuição de renda.

Segundo uma linguagem simples, fala-se de assimetria na informação como um fenômeno que ocorre quando dois ou mais agentes econômicos estabelecem entre si uma transação econômica com uma das partes envolvidas detendo informações qualitativas ou quantitativamente superiores aos da outra parte. Neste sentido, Mankiw (2007, p. 484), sublinha “uma diferença de acesso a conhecimento relevante é chamada de Informação Assimétrica”.

Assim, os indígenas urbanos, sem conhecimento e experiência com a economia de mercado, passam a ser vítimas consequentes da assimetria de informação nas operações que fazem parte de sua vida econômica. Verifica-se que a intervenção do Estado é fundamental, inclusive para garantir o próprio funcionamento do mercado, segundo Mankiw (2007), leis que devem ser respeitadas por todos. Acrescentadas ao fornecimento de bens públicos como a educação, a qualificação profissional, o apoio aos pequenos negócios e as ações compensatórias para os segmentos sociais pobres, marginalizados e excluídos.

4 Abordagem sobre Pobreza e Renda

Os temas pobreza e desigualdade têm aparecido como temas importantes, principalmente em economias com desigualdades socioeconômicas significativas. Formam um dos traços estruturais mais perversos da sociedade brasileira, não se restringindo somente às áreas rurais. Estão presentes também na periferia das grandes cidades, em verdadeiros cinturões que reúnem milhões de pessoas em situação de precariedade e exclusão.

A pobreza aqui, será dimensionada na desigualdade na distribuição de renda, visando compreender melhor as situações de pobreza a que estão submetidos os indígenas urbanos de Boa Vista. Entretanto padrões culturais e sociais relativizam a

situação de pobreza. Assim, essa variável, em se tratando de povos indígenas, deve ser analisada com ressalva.

De acordo com o escritor indígena Daniel Munduruku (*apud* GOIS, 2005), ao avaliar o conceito de pobreza e desenvolvimento urbano em comunidades tradicionais, adverte que pode ser empregado a populações indígenas urbanas, mas não pode ser aplicado sem tratamento crítico aos indígenas que vivem em aldeias.

Neste sentido, do ponto de vista de uma economia monetária e de mercado, o autor acrescenta “se você pesquisar uma aldeia apenas pelo critério de renda, chegará a conclusão de que aquele é um lugar de muita miséria, porém há de se considerar que o povo indígena sempre viveu com muito pouco” (MUNDURUKU, *apud* GOIS, 2005). Aqui o autor se refere à economia de subsistência nas aldeias que tinha os recursos naturais de forma abundante.

Frente a esse contexto, faz-se importante trazer algumas definições sobre quem pode ser considerado pobre. Romão (1993) alerta para a complexidade que envolve o conceito de pobreza, com diferentes percepções e conceituações deste fenômeno. Conclui que o conceito de pobreza guarda uma estreita relação com a noção de desigualdade, embora não devam ser tratados como sinônimos.

De acordo com o relatório sobre pobreza rural elaborado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA, 2000), a condição de pobreza pode ser definida, de uma forma mais abrangente, como um fenômeno multidimensional, com aspectos culturais, sociais e econômicos. Assim se caracterizam pela exclusão e discriminação devida a origem étnica ou ao gênero, carência ou acesso limitado a serviços destinados a satisfazer as necessidades básicas das famílias e níveis de renda inferiores à quantidade mínima necessária para obter um conjunto básico de bens e serviços para a família, incluindo os alimentos.

Embora havendo dificuldades a serem consideradas no aspecto metodológico, para se definir quem é pobre, as medidas de pobreza podem ser divididas em medidas monetárias e não-monetárias (LOPES *et al*, 2003). A abordagem monetária inclui as chamadas Linha de Indigência e Linha de Pobreza.

Seguindo a ordem de raciocínio dos autores acima, a Linha de Indigência caracteriza-se pelo valor monetário necessário para a aquisição de uma cesta de alimentos que detenha a quantidade calórica mínima à sobrevivência. Já a Linha de Pobreza é o valor da Linha de Indigência acrescido do montante monetário capaz de arcar com despesas básicas de transporte, vestuário e moradia. Estas são medidas de pobreza absoluta que permitem a identificação do contingente de pobres de um país. Considerando o fato de que, reconhecidamente, a população indígena de Boa Vista, não

dispõe dos meios para atender às suas necessidades básicas, o conceito de pobreza relevante nesta pesquisa é o de pobreza absoluta. Portanto, a metodologia para avaliar o estado de pobreza dessa população, será definida pela renda como proporção do salário-mínimo (SM).

Os valores comumente utilizados como linha de pobreza são de $\frac{1}{4}$ ou $\frac{1}{2}$ do salário-mínimo. Assim considera-se como linha de pobreza *per capita* o valor de meio salário mínimo e como linha de indigência o valor de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente. Takagi *et al* (2001), apontam que sua vantagem está na praticidade e transparência do cálculo. Porém a desvantagem se configura no fato da variação periódica do salário mínimo, e que este dificilmente chegou, efetivamente, a suprir as necessidades básicas dos trabalhadores. A linha de pobreza é uma abordagem que cabe bem ao caso de Boa Vista devido seu nível de urbanização e desenvolvimento da sociedade de consumo, tornando a renda a melhor *proxy* do nível de bem estar.

5 Metodologia

O desenho desta pesquisa se justifica a partir de seus objetivos e de sua finalidade. Sob uma abordagem interdisciplinar, se descreveu a problemática da situação socioeconômica dos indígenas na cidade de Boa Vista. Neste sentido, ela tem caráter descritivo. Nessa ordem de raciocínio, Gil (2006) sublinha que as pesquisas descritivas são as mais solicitadas por pesquisadores sociais.

A pesquisa é tanto de natureza qualitativa, onde o uso dessa técnica ficou substanciada nas análises das justificativas das respostas dos questionários. Enquanto quantitativa, foi empregado recursos estatísticos, para estabelecimento das incidências, que sistematizaram as respostas objetivas dos questionários. Esta técnica de coleta de dados, foi elaborado com questões abertas e fechadas, com a finalidade de obter informações mais diversas possíveis a respeito do contexto socioeconômico dos pesquisados, na busca de dados em campo.

Considerando uma população infinita do ponto de vista estatístico, a coleta de dados se deu a partir de um espaço amostral de 384 pessoas que se auto-identificam como indígenas, e que moram em Boa Vista, para uma margem de erro de 5% nos resultados. Frente à impossibilidade de constituir uma amostra representativa, os entrevistadores visitaram as casas de famílias indígenas por eles conhecidas, recebendo de casa em casa a indicação de outras famílias indígenas, o que abrangeu vários bairros da cidade.

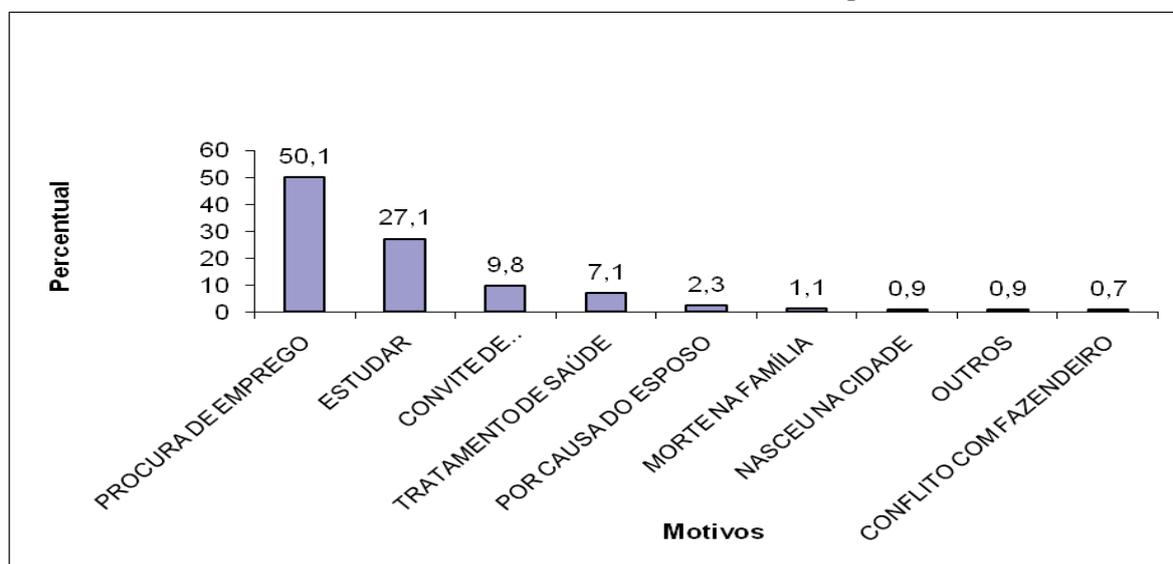
6 Análise e discussão dos resultados das motivações para migração, renda e estado de pobreza

Na decisão de migrar prevalecem os fatores que apontam para a possibilidade de vida mais digna, mediada pelo contato interétnico. Assim, para os indígenas, a cidade oferece novos modelos de vida, de perspectiva e os atrai com a promessa de uma vida melhor (NAMEN *et al*, 1999; FERRI, 1990; BRAZ, 2003; SOUZA e REPETTO, 2008).

Desse modo a busca por emprego e estudo mostra-se sempre um fator constante. Conforme gráfico 01, a pesquisa mostrou que 50,1%, saíram de sua comunidade a procura de emprego, de uma possibilidade real de ganhar dinheiro. O segundo motivo com (27,1%) também reflete uma das principais causas da mudança, os indígenas absorveram que os estudos são importantes para a melhoria da qualidade de vida.

A saída também é oriunda por problemas de saúde. Em torno de 10,0 % dos indígenas se deslocam para a cidade em busca de tratamento médico. Haja vista, que as incursões da sociedade envolvente, levaram o indígena a adquirir edemias, nas quais suas pajelanças não sabem tratar (FERRI,1990). Em suma, as razões para migração se mantêm intermediados pelas relações de contato interétnico entre os indígenas com a sociedade nacional (BAINES, 2007).

GRÁFICO 01: Percentual dos motivos do deslocamento para Boa Vista



FONTE: Pesquisa Própria

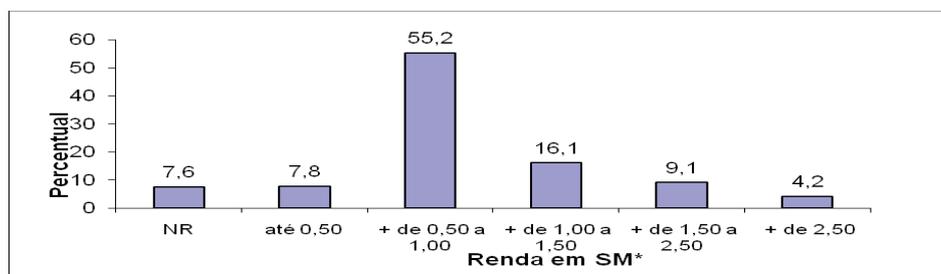
Dentre as dificuldades enfrentadas pelos indígenas na cidade, o desemprego tem maior incidência com cerca de 29,0%. Neste sentido o principal motivo da migração para a cidade continua sendo uma frustração para eles. A falta de moradia, o desejo de ter um lugar para morar é outra dificuldade apontada com 21,0%, o preconceito e discriminação corresponde a 18,2% das dificuldades desse povo. Fator como baixa renda, falta de atendimento a saúde, falta de alimento, alcoolismo, dentre outros, intensificam as dificuldades dessas pessoas.

Esses dados corroboram com as temáticas mais relevantes e que mais preocupam os indígenas urbanos, publicadas na obra Diagnóstico da Situação dos Indígenas na Cidade de Boa Vista/RR, onde os indígenas urbanos, apresentaram suas dificuldades e reivindicações políticas, subordinadas à suas próprias experiências e percepções na cidade.

O item renda familiar define a situação de pobreza que este povo se encontra. Segundo a literatura, a grande maioria se encontra nas faixas de baixo poder aquisitivo e se ocupa de atividades de baixa remuneração. O gráfico 02 mostra que 55,2% das famílias dos entrevistados vivem com no máximo 1 SM, seguido de 16,1% com renda de 1 até 1 e 0,5 SM. Assim de todas as famílias, da amostra, que vivem com até 1 e 0,5 SM, tem-se um total de 79,1%. Considerando a média da composição familiar por habitação que é 4,59 pessoas, constata-se que 79,1% destas famílias estão vivendo abaixo da Linha de Pobreza, ou seja, tem renda per capita familiar inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

Ainda dados da presente pesquisa mostram que aquelas famílias que recebem até 1 SM, vivem abaixo da Linha de Indigência, ou seja, tem renda per capita familiar inferior a $\frac{1}{4}$ salário mínimo, que neste caso corresponde a 63,0% da amostra. Dado que caracteriza uma situação de extrema pobreza para esta população, pois são pessoas que não dispõem do valor monetário necessário para a aquisição de uma cesta de alimentos que detenha a quantidade calórica mínima à sobrevivência (LOPES *et al*,2003).

GRÁFICO 02: Entrevistados por classe de renda familiar



FONTE: Pesquisa Própria

* SM = R\$ 415,00 (Salário Mínimo de 2008).

Devido ao fato de que nas tradições dos povos que vivem no lavrado, o parentesco ocupa um lugar importante em termos sociais, econômicos e culturais (FERRI, 1990), a pesquisa mostrou que 43,0% afirmaram ter hóspedes e abrigavam em média 6,32 parentes em casa. Neste sentido, os rendimentos da família se tornam muito reduzido, dificultando a aquisição de cestas mínimas de alimentos necessários à sobrevivência.

Embora as formas de inserção das populações indígenas em território urbano estão fortemente relacionadas ao fator econômico da obtenção do emprego e renda atrelado à perspectiva de melhoria de vida. A amostra expressou que somente 24,7% dos entrevistados admitiram ter um trabalho. O trabalho aqui entende-se aquele em que há uma relação de contrato, muitas vezes verbal, entre empregado e empregador, ou seja um emprego fixo.

Ao que se refere aos 75,3% dos desempregados, averigua-se que para sobreviverem recorrem as mais diversas alternativas econômicas viáveis. Assim, destacam-se aquelas atividades autônomas e informais, já abordadas pela literatura, como capina de quintal, vendedor ambulante, faxinas e trabalhos de diárias (relacionados à construção civil). Dentre as outras atividades se destaca o artesanato, serviços gerais, garçõete, catador de lata, pescador, ajudante de oleiro, caseiro, plantador de melancia e maracujá, entre outros.

Esses dados levam a concluir que na cidade, para sobreviver, os indígenas, desenvolvem qualquer atividade à qualquer tempo, independente do tempo de desemprego, haja vista que há indígenas que nunca foi empregado na cidade (FERRI, 1990). Ao verificar a renda obtida com o desenvolvimento desta atividade, constatou-se que 43,9% dos indígenas recebem até meio salário mínimo mensal, seguido de 42,2% que recebem de meio até um salário mínimo. Adicionando os dois valores tem-se que cerca de 86,0% recebem no máximo até um salário mínimo com atividades informais.

6 Conclusão

A discussão sobre pobreza e distribuição de renda mostra-se de grande importância, considerando que é incumbência do Estado programar e implementar políticas econômicas que atrelem o crescimento econômico às metas para elevação

do bem estar social. Os dados coletados consentem sintetizar conclusões e fazer análise da situação sócio-econômico dos indígenas que saíram de suas comunidades de origem e se encontram na cidade de Boa Vista.

Esta população merece atenção especial frente a sua vulnerabilidade nas relações sociais com segmentos da sociedade urbana, onde se procura manter uma dominação por meio da diferença cultural. Demonstra a necessidade da intervenção do estado na melhoria da qualidade de vida dessa população com políticas públicas capaz de atendê-los em suas especificidades. Assim, apresenta possíveis alternativas estratégicas de política públicas para orientação de ações e planejamento de desenvolvimento socioeconômico. Em destaque para setores como renda e educação, ressaltando alguns caminhos que poderiam trazer resultados positivos em sua implementação. Dentre os quais, destacam-se:

a) A necessidade de desenvolver ações de formação profissional e de inserção no mundo do trabalho, voltada para a necessidade das diferentes etnias indígenas, que venham garantir condições de alimento e renda para as famílias indígenas;

b) A elaboração de estudos e planos para a criação de escolas indígenas na cidade que seja diferenciada, com a valorização das línguas, além de desenvolver uma proposta de educação cidadã intercultural para todos;

c) Promover a estruturação de um sistema de informações, sobre direitos e cidadania para comunidades e lideranças, discutindo questões sobre migração das famílias das comunidades para a cidade, bem como preparar os que trabalham no serviço público no tocante aos atendimentos dispensados aos indígenas;

Nessa perspectiva, espera-se servir como parâmetro, auxiliando na elaboração de políticas e estratégias, que venham contribuir de forma significativa no desenvolvimento socioeconômico dos indígenas que moram na cidade de Boa Vista.

Referências Bibliográficas

BAINES, Stephen G. As “chamadas aldeias” urbanas ou índios na cidade. *Revista Brasil Indígena* – Ano I - nº 7 Brasília/DF – Nov- Dez/2001. Disponível

em:<<http://www.funai.gov.br>>. Acesso em 15 jun. 2011.

_____. Etnicidade e nacionalidade na fronteira Brasil-Guyana: os povos Macuxi e Wapichana entre os dois Estados nacionais. UNB. Departamento de

Antropologia. Projeto de Pesquisa, 2007.

BARBOSA, R. Imbrózio. Ocupação Humana em Roraima I: do histórico colonial ao início do assentamento dirigido. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, 1993.

BOA VISTA, Prefeitura Municipal de. Plano Diretor de Boa Vista/2006. Disponível em: <<http://www.boavista-rr.gov.br>>. Acesso em 12 jan. 2011.

BRAZ, Azenate Alves de Souza. Relações interculturais: a vivência do índio Macuxi em Boa Vista. Dissertação de Mestrado em História Social. UFRJ/UFRR. 2003.

CANCLINE, Nestor Garcia. Culturas híbridas. São Paulo: Edusp, 2ª ed., 1998.

COIMBRA JR, Carlos E. Alvares; SANTOS, R. Ventura. Saúde, minorias e desigualdade: algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas no Brasil. Ciênc. saúde coletiva vol.5 n°1 Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

FERRI, Patrícia. Achados ou Perdidos? A imigração indígena em Boa Vista. MLAM, Goiânia, 1990.

FIDA – International Fund for Agricultural Development. Hacia una region sin pobres rurales. Santiago: FIDA, 2000.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2006.

GOLGHER, André Braz. Fundamentos para migração. Texto n° 231, maio de 2004.

GOIS, Antônio. 505 anos depois: Índice de desenvolvimento de índio é o da Bolívia. São Paulo: Folha de São Paulo, 19/04/2005. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1904200521.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 12 jan. 2012.

LOPES, Marra H; MACEDO, P. B Rocha; MACHADO, Ana F. Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, out, 2003. (Texto para discussão N° 223).

MANKIW, N. Gregory. Introdução á Economia. São Paulo:Thopsom Learning. 2007.

NAMEM, Alexandre; FIORETTI, Elena; RODRIGUES, Lana; CARNEIRO, Orlando; SILVA, Evilene. Trabalho e Marginalização Indígena em Boa Vista/RR. PNOPG/CAPES (Bênio jul/1996-jul/98), Relatório Final, UFRR, 1999.

PEREIRA, Orlando P. Importância da Intervenção Pública na Política de Mercado. In: Estudos Econômicos de Desarrollo Internacional, vol. 5, n° 001, jan/jun de 2005.

SILVEIRA, Edson Damas da; SOUZA, Ádria S. Duarte. *Políticas públicas e direitos indígenas*. Manaus: UEA Edições, 2011.

SOUZA, Carla Monteiro de; SILVA, Raimunda Gomes da (Orgs). Migrante e Migrações em Boa Vista: os bairros Senador Hélio Campos, Raiar do Sol e Cauamé. Boa Vista: Ed. UFRR, 2006.

SOUZA, Eliandro Pedro de; REPETTO, Maxim. ODIC (orgs). *Diagnóstico da situação dos indígenas na cidade de Boa Vista*. Boa Vista: Gráfica Ióris, 2007.

TAKAGI, Maya; SILVA, José Graziano da; Del GROSSI, Mauro. *Pobreza e Fome: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil*. IE/UNICAMP, n.101, jul. 2001. (Texto para Discussão).

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (vol. 1). Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1994.